

O EMBATE DAS REDES

Sergio Amadeu da Silveira

Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC

✉ sergio.amadeu@ufabc.edu

Resumo: O texto analisa o embate político ocorrido nas redes sociais durante as eleições de 2014. Busca afirmar a atualidade da polarização esquerda e direita, principalmente em torno das disputas pela distribuição de riqueza e poder no país. Analisa a política do escândalo, a ascensão e queda da terceira via, os clusters e articulações vinculados às candidaturas do PT e PSDB, o papel das redes para neutralizar a ação do grupo de negócios que controla a Revista Veja. Finaliza propondo uma Constituinte exclusiva para realizar uma reforma política que supere as limitações da democracia representativa.

Palavras-chave: redes digitais; eleições 2014; embate nas redes sociais; constituinte exclusiva.

Abstract: The paper analyzes the political confrontation occurred on social networks during the 2014 elections. It seeks to assert the relevance of the left and right polarization, especially around the disputes over the distribution of wealth and power in the country. It analyzes the political scandal, the rise and fall of the third way, clusters and joints linked to the PT and PSDB candidates, the role of networks to neutralize the action of the business group that controls Veja magazine. It concludes proposing an exclusive Constituent to make a political reform that overcomes the limitations of representative democracy.

Keywords: digital networks; 2014 elections; confrontation on social networks; exclusive constituent.

As eleições de 2014 foram marcadas por grandes imprevistos, reviravoltas e pelo embate tenso nas redes digitais entre forças da direita e da esquerda. Sob comando do marketing, o confronto em torno das políticas de distribuição de renda e sobre a intervenção estatal em diversos segmentos econômicos foi demasiadamente mascarado. Em um primeiro momento da campanha, as forças de direita preferiram atacar as políticas distributivas como “bolsa-esmola” ou como “incentivo à vagabundagem”. Com a aproximação do final do primeiro turno, a percepção dos estrategistas da direita indicava que, para vencer em regiões em que os programas sociais eram fortes, seria

necessário optar pela defesa de programas sociais e pela tentativa de disputar sua paternidade.

Assim, o debate sobre a opção neoliberal de redução do Estado, de corte de impostos e de priorização do fomento ao capital como contraposição à ampliação de políticas distributivas, do fortalecimento de bancos públicos e da ação estatal para gerar um desenvolvimento mais inclusivo e veloz deixou de ser feito de modo claro, pois os especialistas do marketing aconselham o candidato a não se vincular a proposições que pudessem fragilizar a candidatura em determinados segmentos sociais. Nesse sentido, o desenvolvimentismo de centro-esquerda da candidata Dilma Rousseff e o neoliberalismo do candidato Aécio Neves foram atenuados com mensagens que eram voltados ao senso comum. Aécio Neves, no início do primeiro turno, para atrair o empresariado e mostrar uma candidatura sólida, apresentou Armínio Fraga como chefe de sua equipe econômica. Durante o segundo turno, Neves buscou atenuar as propostas de Fraga, pois isso poderia criar dificuldades eleitorais em segmentos vitais para a vitória. Este é um exemplo de mascaramento do embate entre esquerda e direita, que mesmo assim ocorreu no plano simbólico.

O tema da violência foi apresentado claramente pela candidatura da direita, que advogou a redução da maioria penal como solução para a criminalidade. Os levantamentos de opinião indicavam que a maioria da população via o endurecimento da legislação criminal e o aumento da repressão como medidas fundamentais para sua segurança. Nesse ponto, a candidatura de centro-esquerda se omitiu e optou pelo pragmatismo do marketing. Aumentar a população encarcerada não enfrenta nem de longe a violência, nem impede o recrutamento de jovens pelos grupos criminosos. Além disso, o debate sobre a falência da criminalização das drogas não foi posto, exceto de modo pouco eficaz pelo candidato do PV. O dinheiro da

droga alimenta a cadeia de corrupção na polícia, sendo uma grande fonte de recursos para as organizações criminosas que empregam centenas de jovens e permitem a aquisição de armamentos e soluções sofisticadas para a expansão do crime. Infelizmente, nem setores do PSOL, do PT e do PSDB que têm consciência da necessidade de regulamentação das drogas, foram capazes de realizar um pacto para discutir seriamente o tema na campanha presidencial, prevalecendo a hegemonia da direita conservadora, das soluções propugnadas por lideranças retrógradas como Bolsonaro, Feliciano, Everaldo, Malafaia, Coronel Telhada.

Nestas eleições, a candidatura da chamada terceira via não conseguiu se viabilizar. Apesar de Marina Silva afirmar que foi destruída pelo PT nas redes, a observação das mensagens nas redes sociais indica que os clusters ou sub-redes ligadas ao PSDB postaram muito mais mensagens agressivas contra a candidata da Rede de Sustentabilidade do que os aglomerados ligados à candidata Dilma Rousseff. Todavia, a derrota da terceira via se deu ao tentar propor uma imagem de “política que não se preocupa com a política”. Essa “nova política” baseada na crença de uma imagem ou postura acumulou indecisões e omissões sobre como enfrentaria os problemas reais do país. A construção de um programa de terceira via, fora da chave da centro-esquerda e da direita neoliberal, não foi realizada. Assim, o enfraquecimento da candidatura de Marina Silva foi ocorrendo menos pelos ataques e mais pelos sinais de indefinição, omissão e de ligação com um fundamentalismo religioso pouco aceito até mesmo pelas camadas médias paulistas. O momento crucial para a derrota de Marina se deu no Twitter, no dia 30 de agosto, quando o Pastor Malafaia exigiu a mudança do seu programa de governo a respeito do que denominou “causa gay”. Marina em seguida alterou sua proposta. Isso gerou um descolamento imediato de militantes LGBT e, posteriormente de setores de classe média que se identificavam com sua temática ambiental e

com sua figura política. O enfraquecimento de Marina pela esquerda gerou o afastamento do eleitorado de direita que tinha migrado para sua candidatura por acreditar que teria maiores condições de derrotar o PT.

Manuel Castells, no livro *Communication Power*, procurou demonstrar que a personalização da política, o enfraquecimento dos compromissos ideológicos dos partidos, a mercantilização crescente do cotidiano e a espetacularização da programação da mídia de massas reforça o que ele denomina “política do escândalo”. Castells reproduz uma frase de John B. Thompson extremamente apropriada para a compreensão do cenário brasileiro: “*Scandals are struggles over symbolic power in which reputation and trust are at stake*”¹ (p. 240). Desde 2005, a política brasileira vive em torno dos escândalos envolvendo práticas de corrupção no Governo Federal. A junção dos interesses de segmentos do empresariado e de forças políticas conservadoras permitiram traçar uma estratégia para o combate seletivo à corrupção, pois foi direcionada ao espetáculo eleitoral e para a destruição do mais importante partido de esquerda brasileiro, o PT. Durante o embate eleitoral, o candidato Aécio Neves afirmou que, se ninguém do seu arco de alianças foi condenado, ou é porque seus aliados são inocentes ou porque o governo foi omissos no combate à corrupção. Mas ao observar os procedimentos do Ministério Público e do Judiciário, é notório que, na maior parte do tempo, atuam claramente de modo a selecionar para promover a justiça e o reestabelecer o direito violado principalmente integrantes e aliados do PT. Alguns exemplos do protelamento de casos com provas cabais contra as forças de direita são: os acusados do Mensalão (esse efetivamente com pagamentos mensais) de Minas Gerais, os corruptos do Governo do Estado de São Paulo, denunciados pelos corruptores da Siemens; o chefe da sucursal

¹ O trecho pode ser traduzido para: “Escândalos são lutas por poder simbólico em que a reputação e confiança estão em jogo” (Thompson, John B.)

da Veja em Brasília, ligado ao criminoso Cachoeira, que não são alvos da mídia de massas e muito menos têm seus processos efetivados.

Diante da perplexidade dos partidos políticos e sindicatos durante as manifestações de junho de 2013, uma série de páginas no Facebook obtiveram um crescimento de milhares de seguidores, impressionados pela força das ruas e cheios de esperança em melhores oportunidades de vida. Aqueles que apostavam no combate à corrupção tiveram adesão massiva, aqueles que propunham combater o governo e os gastos descabidos com a Copa do Mundo também cresceram. Muitas dessas páginas permaneceram ativas e foram alavancadas na disputa eleitoral de 2014. Das 50 maiores autoridades (perfis ou páginas com postagens muito replicadas) de junho de 2013, apenas 2 não se alinharam contra a candidatura de Dilma Rousseff: Mídia Ninja e Passe Livre. Por exemplo, o MCC (Movimento Contra a Corrupção) tem preferência óbvia pelo combate apenas às denúncias de corrupção nas gestões do PT. A página do OCC (Organização de Combate à Corrupção) ataca exclusivamente as gestões de Lula e Dilma e possui várias postagens defendendo Jair Bolsonaro e a intervenção militar. Se a campanha eleitoral de Dilma Rousseff contou com os “blogueiros progressistas” nas redes sociais, Aécio contou com dezenas de páginas ativas que somavam mais de 10 milhões de fãs no Facebook. Nesse confronto, que se deu principalmente pelo compartilhamento de *memes*, a candidata de esquerda foi atacada pessoalmente e de modo preconceituoso. Nas redes, Aécio recebeu bem mais ataques políticos que pessoais.

A Internet, as redes sociais e o *WhatsApp* tiveram papel decisivo para enfrentar a já conhecida articulação do Grupo Abril e seu porta-voz para negócios políticos, a *Veja*. Esta publicação, lançada aos sábados, teve sua edição antecipada para a quinta-feira com o objetivo de mudar o rumo da eleição para beneficiar a candidatura neoliberal. Os votos de indecisos que a

Veja arrancou com uma matéria baseada na articulação de setores ligados ao PSDB dentro da Polícia Federal e das instituições de Justiça, foram contrabalanceados, em menor número, pelos votos do eleitorado mais à esquerda que não iriam votar no PT, mas que sentiram a necessidade de combater a onda golpista encarnada pela *Veja*.

Nos últimos dias do segundo turno de uma eleição que indicava ser decidida por uma pequena margem de votos, seja para um lado ou para o outro, a falta de transparência e de auditabilidade plena do processo eleitoral, a impossibilidade de recontagem física dos votos coletados, levantavam suspeitas da lisura das empresas privadas que trabalham para o TSE e garantem o funcionamento das urnas eletrônicas. O fato de não existir a impressão simultânea do voto e de os códigos-fonte de todos os softwares utilizados no processo não poderem ser auditados pelo menos 12 meses antes das eleições, cria tensões desnecessárias e uma desconfiança que em situações mais delicadas coloca em risco a legitimidade do processo eleitoral. As universidades precisam entrar nesse debate, uma vez que os partidos são frágeis diante da Justiça Eleitoral e das empresas que têm interesse em manter as soluções que venderam para o processo atual.

Por fim, o que sai das urnas é um Congresso extremamente conservador, com o crescimento das bancadas ruralistas, de militares e de fundamentalistas religiosos. Isso traz complicações para continuar as mudanças que foram sendo construídas no país no sentido de garantir liberdades fundamentais, ampliação da cidadania e maior distribuição de renda, riqueza e poder. A democracia direta é inviável, mas a democracia representativa é insuficiente. Precisamos arejar o Poder Legislativo e conquistar espaços para a deliberação e a participação dos segmentos sociais afetados por uma proposição legislativa. Temos possibilidade de utilizar as tecnologias da informação e comunicação para construir uma democracia

interativa, que, como no Marco Civil da Internet, possa reunir as contribuições da sociedade. Ocorre que as forças conservadoras se articulam para impedir a participação das pessoas na política. Precisamos transformar os 7,8 milhões de votos coletados no Plebiscito por uma Constituinte Exclusiva em força viva nas redes e nas ruas. Será necessário buscarmos uma reforma política que vá além do fim do financiamento de campanha pelas corporações, mas que avance na construção de novos canais de participação dos cidadãos no poder. Como bem apontou Amy Gutmann, a "maior de todas as liberdades que uma pessoa possui, em relação a um vasto domínio de escolhas, é a liberdade de deliberar e decidir questões políticas de forma consistente com uma liberdade igual de cada um dos adultos da sociedade de que se é membro" (p.31, 1995).

Referências

- ANKERSMIT, F. *Political Representation*. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. New York: Oxford University Press, 2009.
- GUTMANN, Amy. A desarmonia da democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n.36, p.5-37, 1995.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter. The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, Cambridge, v.7, n.4, dez. 2009.